



## VOTO

**PROCESSO: 00058.049528/2023-16**

**RELATOR: LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO**

### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A Lei nº 11.182/2005, em seu artigo 8º, LIII, conferiu competência à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para tipificar as infrações à legislação de aviação civil, bem como definir as respectivas sanções e providências administrativas aplicáveis a cada conduta infracional e o processo de apuração e de julgamento. Ademais, o artigo 11, VII, da mesma lei estabelece a competência para a Diretoria Colegiada apreciar, em grau de recurso, as penalidades impostas pela ANAC.

1.2. Adicionalmente, a Resolução n.º 472/2018, em seu art. 46, delimita quando o recurso à Diretoria é cabível, o que inclui os casos em que há sanções de cassação, como é o caso em tela.

1.3. Pelo exposto, restam atendidos os requisitos de competência da Diretoria Colegiada para analisar e julgar o presente recurso administrativo.

### 2. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Consoante ao que consta no Relatório de Diretoria SEI 9639470, o presente processo trata de recurso apresentado em decorrência da Decisão de Primeira Instância nº 223/2023/CCPI/SPO (SEI 9330973), referente aos processos 00058.049528/2023-16 e 00058.049536/2023-62, instaurados em face de STOCO AVIAÇÃO LTDA (antiga S O S SERVIÇOS E RECUPERAÇÃO DE AERONAVES LTDA - EPP) - COM nº 198409-01/ANAC, para apuração de condutas infracionais.

2.2. Em síntese, no recurso apresentado, o interessado afirma que, ainda que a Organização de Manutenção (OM) STOCO AVIAÇÃO LTDA estivesse com seu Certificado de Organização de Manutenção (COM) suspenso à época da ação policial coordenada com a ANAC, não estaria realizando atividades de manutenção, que a suspensão ora citada não proibiria a OM de permanecer com suas atividades internas para “regularizar” as não conformidades pendentes e, com isso, que a decisão de multa e cassação emanada em primeira instância fosse revogada.

2.3. Nesse contexto, entendo importante transcrever a situação encontrada pela equipe na OM conforme descrito no Relatório de Fiscalização nº2/GTVA/GCAC/SPO/2023 (SEI 8941438) em face do alegado pelo autuado de que não estaria realizando atividades de manutenção em aeronaves:

*5. Durante a visita ao local, verificou-se a presença de aeronaves, motores e partes, em situação de manutenção em andamento com trabalho recente. Como evidências de execução de serviços no local, haviam ferramentas dispostas em posição de trabalho junto a produtos aeronáuticos desmontados, com partes de reposição organizadas sobre a bancada de trabalho, além das aeronaves no hangar em situação de manutenção. Entre estas, foi possível observar o serviço de pintura de uma aeronave em execução, com isolamento de suas partes para pintura, e odor característico de execução recente. Em outro caso de manutenção de aeronave observado, verificou-se reparo extensivo em andamento, sem identificação de ordem de serviço, identificação de marcas ou número de série.*

*6. Foram observados documentos de aeronaves, etiquetas de aprovação de aeronavegabilidade de partes, notas de venda de partes. Algumas notas e orçamentos documentavam a venda de serviços de manutenção pela empresa, incluindo o período em que seu COM se encontra inválido, na forma de descrição explícita de serviços, e também via indícios de andamento de consumo de partes, por meio de listas descritivas de materiais e visível controle de fornecimento. Verificou-se ainda documentação referente a importação de aeronaves dos EUA.*

2.4. Nesse sentido, entendo que os argumentos trazidos pelos interessados a esta Diretoria Colegiada não merecem prosperar.

2.5. Com efeito, e conforme se observa do excerto transcrito acima, o relatório de fiscalização é robusto ao trazer elementos que não deixam dúvidas sobre a natureza dos serviços que estavam em andamento na oficina, mesmo com o COM suspenso. Nesse relatório incluem-se registros fotográficos e extensa descrição acerca dos achados da equipe de fiscalização, tais como o relato de isolamento de partes de uma aeronave para pintura, com odor característico de execução recente. Portanto, a alegação de que a empresa estaria apenas realizando atividades internas para “regularizar” as não conformidades pendentes não se sustenta, restando configurada infração aos regulamentos estabelecidos pela ANAC para o exercício das prerrogativas dos certificados de habilitação técnica, nos termos do Código Brasileiro de Aeronáutica.

2.6. A manifestação da empresa ainda argumenta que não se tratou de uma fiscalização normal da agência reguladora e sim de uma ação policial, que tinha como objetivo mandado de busca e apreensão direcionado a uma pessoa e para apreensão de aeronaves.

2.7. Quanto a alegação da atividade ser policial de busca e apreensão e não uma fiscalização normal da agência, nesse contexto, ressalto que é dever da Administração Pública fiscalizar e, identificada alguma irregularidade, a bem da sociedade, agir e coagir expressamente nos limites da lei, para mitigar o ato gerador e restabelecer a segurança aos usuários do sistema de aviação civil brasileiro.

2.8. Ainda, no que pese a não manifestação explícita de recurso nos autos dentro do prazo estabelecido no Ofício nº 6658 (SEI 9365312), considero pertinente o encaminhamento tempestivo dos autos para deliberação dessa Diretoria Colegiada à luz do Art. 46 da Resolução ANAC nº472/2018 com o intuito de não restar dúvidas quando o ato sancionador implica em sanção mais gravosa, a saber, cassação.

2.9. Assim, com base no robusto conjunto probatório presente nos autos, resta comprovada ação irregular do autuado à época dos fatos, que resultou na violação de decisão dessa Diretoria Colegiada, a de suspensão das atividades da STOCO AVIAÇÃO LTDA, publicada no Diário Oficial da União, Portaria nº10.261 de 12 de dezembro de 2023, qual seja, a OM estava efetivamente realizando serviços de manutenção em aeronaves com o Certificado de Organização de Manutenção suspenso.

### 3. DO VOTO

3.1. Diante das razões expostas, **VOTO pelo NÃO PROVIMENTO** do recurso, e pela manutenção da decisão proferida pela primeira instância (SEI 9330973), que aplicou a penalidade de **multa** no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), **cumulada com a sanção de cassação do Certificado de Organização de Manutenção (COM) nº 198409-01/ANAC** emitido em nome da empresa STOCO AVIAÇÃO LTDA (antiga S O S SERVICOS E RECUPERACAO DE AERONAVES LTDA - EPP).

3.2. É como voto.

**LUIZ RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Ricardo de Souza Nascimento, Diretor**, em 06/03/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **9662853** e o código CRC **BF42577E**.

SEI nº 9662853